



O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Sumaré, Estado de São Paulo, Dr(a). Gilberto Vasconcelos Pereira Neto, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a(o) André Adelmo de Menezes, que lhe foi proposta uma ação de Divórcio Litigioso por parte de Mônica Monteiro de Menezes, alegando em síntese: A Requerente e o Requerido casaram-se pelo regime de comunhão parcial de bens, aos 22 de dezembro de 1994, conforme cópia da inclusa certidão de casamento, lavrada sob o número de matrícula 076729 01 55 1994 3 00006 257 0002914 51, perante o Cartório de Registro Civil no Município de Bom Conselho Estado de Pernambuco. Dessa União, tiveram duas filhas, já maiores e casadas. A Requerente, veio com o Requerido para São Paulo, por volta do ano 2000, e após aproximadamente 1 (um) ano que estavam morando no Estado de São Paulo se desentenderam, face a incompatibilidade de objetivos e anseios do casal, o que tornou a convivência inviável. A separação de corpos foi tranquila, sendo que mesmo após a separação ainda mantinham contato por conta das filhas de ambos. Ocorre que em meados de 2001, não sabendo a Requerente precisar exatamente uma data, a mesma procurou o Requerido para regularizar o pagamento de pensão alimentícia para as filhas do casal que na ocasião eram menores. Não concordando com o pagamento de pensão o Requerido simplesmente foi embora da cidade sem deixar endereço e desde então nunca mais a Requerente e as filhas tiveram contato com o mesmo. A Requerente ainda tentou junto aos contatos que tinha na época com a família do Requerido saber seu paradeiro, mas não logrou êxito, pois segundo os familiares, o Requerido havia voltado para o Estado de Pernambuco sem, contudo informar seu atual endereço. Ressalta-se que atualmente a Requerente não tem mais nenhum contato com a família do Requerido, não sabendo sequer onde estão. Ressalta-se que já são 14 anos, que a Requerente nem sequer sabe o paradeiro do Requerido, não havendo portanto mais possibilidade de restituição da vida conjugal, e desta forma a Requerente requer o divórcio direto litigioso. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Sumaré, aos 04 de novembro de 2016.

SUZANO

2ª Vara Cível

RETR, 1BLHS.000,09/11/2016

SEGUNDO OFÍCIO CÍVEL

Fórum de Suzano - Comarca de Suzano

Juiz Titular Dr. GILBERTO AZEVEDO DE MORAES COSTA

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.

PROCESSO Nº 1000444-56.2014.8.26.0606

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Suzano, Estado de São Paulo, Dr. GILBERTO AZEVEDO DE MORAES COSTA, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a MÁRCIO NUNES CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA ME, CNPJ 08.810.287/0003-99, na pessoa de seu representante legal, EDLAINE FERREIRA, CPF 273.865.408-84, RG 29.356.331-7, e MÁRCIO ROGÉRIO PEREIRA NUNES, CPF 127.056.028-01, RG 22450636-5, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de LEOSERGIO HOFFMANN INFORMÁTICA ME - MEGA BYTE, para cobrança de R\$ 204.299,38 (agosto/2016). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferido a CITAÇÃO POR EDITAL, para que em 03 dias, paguem o débito atualizado ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito da exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, atualizadas, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena não o fazendo, ser convertido em penhora o arresto efetuado sobre a unidade autônoma Conjunto 65 Tipo 1, do Edifício Colúmbia, Rua Baruel, 544, 8º pavimento ou 6º andar, matrícula 56.356 do CRI Local, presumindo-se aceitos os fatos. Não sendo embargada a ação, os executados serão considerados revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Suzano, aos 14 de outubro de 2016.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.

PROCESSO Nº 1002997-08.2016.8.26.0606

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Suzano, Estado de São Paulo, Dr. GILBERTO AZEVEDO DE MORAES COSTA, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que VAGNER DE LEMOS SUZANO - EPP (VICTOR ESQUADRIAS EM ALUMÍNIO) apresentou Plano de Recuperação Judicial às fls. 391/433 sendo fixado o prazo de 30 dias, para apresentação de objeção, a contar da data da publicação do presente edital. Caso ainda não tenha sido publicada a lista de credores pela Administradora Judicial, a legitimidade para apresentar tal objeção será daqueles que já constam do edital do devedor e que tenham postulado a habilitação de crédito, observado o art. 55 da Lei 11.101/2005 (§ único do art. 55 da Lei 11.101/2005). O Processo de Recuperação Judicial em epígrafe e seus respectivos incidentes tramitam por meio eletrônico, e podem ser acessados através do portal www.tjsp.jus.br. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente Edital afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Suzano, aos 04 de novembro de 2016.

EDITAL - RELAÇÃO DE CREDITORES, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, (artigo 7º, § 2º da Lei nº 1.101/2005), com prazo de 10 dias para impugnação contra a Relação de Creditores (artigo 8º da Lei nº 1.101/2005), expedido nos autos da ação de RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE VAGNER DE LEMOS SUZANO - EPP (VICTOR ESQUADRIAS EM ALUMÍNIO), PROCESSO Nº 1002997-08.2016.8.26.0606.